

## Pensar Global e Agir Local: As Diretrizes Globais para a Redução do Risco de Desastres e a Cidade de São Paulo

Kathleen Fernandes Vigar<sup>1</sup>, Silvia Ferreira MacDowell<sup>2</sup>

1. Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário SENAC; \*[kathleen.vigar@gmail.com](mailto:kathleen.vigar@gmail.com)

2. Professora do Centro Universitário SENAC/SP

Palavras Chave: *Governança global, relação global-local, ameaças naturais*

### Introdução

A comunidade internacional vem se mobilizando para promover ações para redução do risco de desastres, já que cresce a noção de que a prevenção é elemento essencial para reduzir impactos negativos das ameaças naturais. As propostas compartilhadas ganham força uma vez que desastres não respeitam fronteiras. Além disso, todas as cidades estão suscetíveis a enfrentar desastres, o que motiva a criação de espaços para a troca de experiências entre municípios, que estão na linha de frente, tanto na resposta a desastres quanto na implementação de políticas para a redução de risco.

Considerando que a redução do risco de desastres diz respeito a todos e depende da implementação de políticas desde o nível global até o local, o objetivo desta pesquisa é analisar as propostas e ferramentas estruturadas pela governança global, tendo em vista ampliar a compreensão sobre a base institucional para o gerenciamento de desastres, tendo como foco o município de São Paulo.

### Resultados e Discussão

Ao fazer o mapeamento das iniciativas multilaterais existentes para redução do risco, percebe-se que as diretrizes globais se originam principalmente pela ONU e sua agência United Nations International Strategy for Disaster Reduction – UNISDR.

Pensando nos governos locais como os primeiros atores da linha de resposta, a UNISDR lança em 2010 a campanha *Construindo Cidades Resilientes*, onde os governos locais que aderirem se comprometem a implementar as ações necessárias e submetem relatórios de progresso periódicos à UNISDR. No Brasil, a aderência de governos locais é a maior do mundo, com 335 cidades participantes até março de 2015, concentradas principalmente no estado de São Paulo (UNISDR, 2014). O promotor da campanha no Brasil, Sidnei Furtado, disse em entrevista ao falarmos sobre o alto número de adesões paulistas que “a adesão deve ser espontânea e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de São Paulo, tem feito gestões com os municípios paulistas visando ampliar as adesões”. A cidade de São Paulo, foco deste projeto, porém, até recentemente não fazia parte da iniciativa.

Enquanto a ONU trabalha para estabelecer compromissos e metas com governos, outras organizações multilaterais fazem diversas publicações informativas, buscando a conscientização sobre o tema.

É notável o fato que quanto maior a incidência e força dos desastres, mais eles se tornam prioridade na agenda das organizações. Em nível regional considerando a América do Sul, por exemplo, não existem iniciativas conjuntas que tratem do tema. A OEA, porém, possui uma área específica de Adaptação às Mudanças Climáticas, já que engloba também a América do Norte e a América Central, regiões com maior ocorrência de fenômenos naturais extremos.

Esta mesma lógica pode explicar também porque não encontramos muito material específico sobre redução de risco de desastres nas redes de cidades que atuam no município. Apesar de perpassarem também pela questão, o ICLEI e o C40 não as tem como foco de atuação em São Paulo.

### Conclusões

Em relação ao gerenciamento de desastres, ainda há muito em que avançar para construir uma cultura de resiliência com o governo local e a população na cidade de São Paulo, mas existem instrumentos e diretrizes globais com potencial de facilitar a implementação das políticas necessárias. Até o presente momento, porém, como visto na entrevista com Cecília Araújo de Melo, coordenadora do COMDEC, não podemos ver reflexos das contribuições internacionais para a redução do risco na atuação local de São Paulo. Por outro lado, pode-se perceber que a atuação da Defesa Civil está de certa forma alinhada com o que é proposto globalmente, mas esse é um processo que ainda se dá de maneira pouco integrada. A falta de orçamento próprio, a recente mudança de Secretaria a qual a Defesa Civil do município pertence e a dificuldade de articulação, em uma megacidade como São Paulo, com outras áreas que precisam estar envolvidas atrasaram o engajamento do município junto à principal iniciativa global para a redução do risco de desastres.

A recente adesão da Prefeitura à campanha é um grande avanço, mas as dificuldades identificadas na pesquisa corroboram a preocupação de representantes da sociedade civil, lançada na 2ª Conferência Mundial sobre Redução de Desastres em 2005, que as diretrizes globais “não se convertessem em ações e mudanças na linha de frente, onde as comunidades vivem e trabalham”. Este foi um problema constatado em iniciativas anteriores da ONU para a redução do risco, onde as “intenções ainda precisavam se tornar ações” (GNDR, 2014).

O trabalho da ONU para envolver as cidades com a campanha *Cidades Resilientes* e evitar os erros de passado é significativo. Percebemos, porém que ainda há espaço para avanços, principalmente no que tange a aplicação local das diretrizes globais para a redução do risco na cidade de São Paulo e a atuação das redes de cidades neste tema.

### Agradecimentos

Agradeço à minha família e aos meus mestres.

UNISDR. *Participating Local Governments*. [S.l.]: UNISDR, 2014. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/cities>> Acesso em: 27 mar. 2015

GNDR. *Who are we*. [S.l.]: Global Network of Civil Society Organizations for Disaster Reduction, 2014. Disponível em: <<http://www.globalnetwork-dr.org/about-us.html>> Acesso em: 15 mai. 2014